

A PERDA DE CONFIANÇA

Luiz Carlos Bresser Pereira

15/12/92

O governo Itamar, que mal começou, já se encontra gravemente ameaçado, dado o enorme fosso que está se abrindo entre o presidente e as classes dirigentes no Brasil. O presidente imaginou que o "pacto de governabilidade" poderia ser negociado apenas ao nível do parlamento. Na verdade, depende do apoio da sociedade, que, em vez de concedê-lo, está retirando o pouco que havia dado. Não é possível governar um país - especialmente quando este enfrenta uma crise sem precedentes - sem se estabelecer um mínimo de confiança entre os governantes e a sociedade., particularmente os empresários. Ora, em vez de se estar construindo confiança, esta está sendo destruída. Se a tendência continuar a se acentuar, estaremos em pouco tempo imersos em uma gravíssima crise de governabilidade.

A perda de confiança é causada mais pelas declarações do que pelos atos do presidente. As manifestações são freqüentemente reativas e portanto intempestivas. Mas já começam a ocorrer ações concretas, como o desconto de 30% nas prestações da casa própria, o atraso em alguns preços públicos, a demissão de uma servidora pública que estava apenas cumprindo suas obrigações, as ações contra a indústria farmacêutica, o aumento dos gastos sociais, o adiamento do processo de privatização. Estas declarações e ações, algumas justificadas, todas feitas na melhor das intenções, revelam não apenas ingenuidade e voluntarismo. São também indicações para a sociedade de populismo, de nacional desenvolvimentismo, de uma visão arcaica do Brasil. Em consequência esta reage, não apenas manifestando em todos os foros sua insatisfação, mas também provocando uma fortíssima baixa nas bolsas.

Não vou discutir aqui o problema da modernidade. Tão certo como o nacional desenvolvimentismo é hoje arcaico, o "modernismo" neoliberal é um modismo ideológico e conservador, em plena crise nos estados Unidos, onde se originou. Dessa crise deverá emergir uma síntese, a qual, entretanto, incorporará muitas das reformas econômicas que hoje as classes dirigentes consideram necessárias. São essas medidas que os empresários esperam. Por isso, ao verem as reações do presidente, perdem a confiança no seu governo. O papel do governo, especialmente em um período de profunda crise, não é certamente o de apenas reproduzir o que os empresários pensam.

Não é aceitar o seu bom senso ou sua modernidade como critério de verdade. Mas, em contrapartida, não pode perder contato com os empresários. O governo pode e deve enfrentar os empresários, impor-lhe sacrifícios, contrariar idéias estabelecidas, mas deve fazer isto pontualmente, apenas no que for essencial. E assim manter a confiança.

Esta confiança, particularmente da parte dos empresários, é indispensável. Não apenas porque os empresários têm uma importância ideológica e política muito grande, influenciando diretamente as decisões do Congresso. Além disso, é preciso considerar que são eles que tomam as decisões de investimento e de preços, do qual dependem a inflação e a retomada do desenvolvimento. Estas decisões são tomadas em função da situação objetiva da economia, das decisões de política econômica tomadas, e "last but not least", da confiança que têm no governo.

Em certos momentos, a situação econômica é muito ruim, o governo tem pouco espaço para tomar as decisões necessárias, mas este é capaz de ganhar credibilidade. As insuficiências no plano real são parcialmente compensadas pela construção de confiança. A inflação cai, as resistências ao pagamento de impostos diminuí, os investimentos aumentam. Foi o que aconteceu no México, logo após ter assinado o acordo da dívida externa. O acordo era claramente insatisfatório, mas esta e mais uma série de medidas tomadas construíram confiança, que, em parte, contrabalançou o mau acordo.

O presidente Itamar Franco vem se revelando, nestes primeiros meses de governo interino, uma admirável figura de Dom Quixote, indignado com a miséria, com a inflação, com os juros altíssimos, com a exploração dos mais fracos. Nesse papel ele investe contra o inimigo de forma desordenada. E - o que é mais preocupante - destruindo as pontes que ficam para trás. As pontes da confiança dos empresários, e, mais amplamente, da elite dirigente brasileira. A continuar esta tendência, teremos uma crise grave. O presidente perderá condições de governar.

Vejamos um exemplo: o projeto de ajuste fiscal. Um projeto razoável - o projeto possível no momento, já que seus críticos não apresentaram alternativa. É uma condição para que possa, em seguida, ser proposto um programa de estabilização. O substitutivo do relator passou aos trancos e barrancos pelas comissões técnicas. A previsão dos especialistas do Congresso, porém, é a de que não passará no plenário da Câmara dos Deputados. Por quê? É fundamentalmente por falta de confiança no governo. Dizem os empresários: "Por que vou pagar mais impostos, se não estou seguro que o dinheiro será usado para reduzir o déficit? Porque tudo indica que será gasto em aumento de despesa social". Não importa se, neste caso, a desconfiança é justificada. O importante é que ela existe e está ameaçando inviabilizar o projeto mais importante que o governo tem no Congresso.